

HUGHES, Everett C. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. O Aspecto ecológico das instituições. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 50, p. 31-38, agosto de 2018 ISSN 1676 8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

O aspecto ecológico das instituições The ecological aspects of institutions

Everett C. Hughes
Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Recebido: 10.02.2018

Aceito: 02.03.2018

Resumo (Nota do tradutor): Título original: *The ecological aspects of institutions*. Este artigo serviu como uma conferência pronunciada, em 1935, na Sociedade Americana de Sociologia, e publicado, no ano seguinte, na revista *American Sociological Review*, (v. 1, n. 2, abril de 1936). Este artigo, contudo, foi republicado posteriormente em várias coletâneas de escritos de Everett Hughes, ou sobre o interacionismo. Uma de suas últimas aparições saiu na coletânea de escritos de Hughes intitulada *Sociological eye: selected papers* (New Jersey, Transactions Publish, 1971, sendo a sua última edição de 2009). No Brasil, este artigo incorporou a coletânea organizada por Donald Pierson, intitulada *Estudos de Ecologia Humana* (São Paulo: Martins, 1948, com uma segunda edição em 1970), com tradução de Maria Aparecida Madeira. Como o texto já se encontra há muito tempo fora de circulação e de difícil acesso na língua portuguesa, a *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* publica esse importante artigo de Everett Hughes com uma nova versão para o português. **Palavras-chave:** instituições, sucessão ecológica, padrão de vida, competição econômica

Abstract (Note from the translator): Original title: *The ecological aspects of institutions*. This article served as a conference given in 1935 to the American Society of Sociology, and published the following year in the *American Sociological Review* (v. 1, n. 2, April 1936). This article, however, was later republished in several collections of Everett Hughes writings, or on interactionism. One of his last appearances was in Hughes's collection of *Sociological Eye: Selected Papers* (New Jersey, Transactions Publish, 1971, his last edition of 2009). In Brazil, this article incorporated the collection organized by Donald Pierson, entitled *Studies on Human Ecology* (São Paulo: Martins, 1948, with a second edition in 1970), with translation by Maria Aparecida Madeira. As the text has long been out of circulation and difficult to access in the Portuguese language, the *RBSE Brazilian Journal of Sociology of Emotion* republishes this important article by Everett Hughes with a new Portuguese version. **Keywords:** institutions, ecological succession, standard of living, economic competition

A ideia comum a todos os usos do termo *instituição* é a de estabelecimento ou permanência relativa de uma espécie social distinta. Nesse ponto concordam até os que, como Allport (1933, p. 24), admitem a realidade das instituições apenas no tempo suficiente para "encontrar indivíduos para seus estudos e que se comportam institucionalmente". Alguns admitem que essa idéia seja uma definição suficiente, permitindo assim que os costumes mais simples e os mais elaborados "complexos culturais" se enquadrem na categoria. Os psicólogos se inclinam para um uso tão inclusivo que faria das instituições apenas os aspectos sociais do comportamento que eles descrevem. Os sociólogos são mais propensos a restringir o uso do termo,

distinguindo instituições de unidades mais simples de comportamento socialmente estabelecido. Summer, por exemplo, as coloca de encontro com os *folkways* e os *mores* (Summer, 1906, p. 63).

Outra ideia fundamental para o estudo da vida humana é a de que o comportamento coletivo, obviamente, cresce a partir do fato de que os seres humanos se comportam em resposta a conduta um do outro, e que o que o indivíduo faz pode ser entendido apenas usando a coletividade como um ponto de referencia. As instituições, às vezes, são definidas por distinção às formas mais elementares de comportamento coletivo, como a multidão e o grupo primário, cujas características peculiares são conduzidas pela interação social não mediada por formas estabelecidas¹ (Cooley, 1921, p. 30, 319 et passim; Faris, 1932).

Há uma ordem de fenômenos sociais em que as características do estabelecimento e a do comportamento coletivo se encontram e se organizam de um modo particular, isto é, socialmente estabelecido, indicando as próprias forma e direções tomadas pelo comportamento coletivo. Os fenômenos desta ordem, neste artigo, são chamados de instituição.

Existem instituições, no sentido aqui usado, apenas onde o esforço humano se encontra formalmente integrado. Essa integração formal ocorre com referência a algum funcionário ou grupo de funcionários, atuando em cargos sociais reconhecidos. Isto é, o caráter de um cargo não pode existir ou ser realizado sem o reconhecimento apropriado e sem as respostas de outras pessoas, mas também que a pessoa que preenchê-lo pode ser sucedido por outra.

A permanência, que geralmente é pensada como uma característica cardinal de uma instituição social, está intimamente cingida com o fato de que as pessoas se sucedem nos cargos e que outras pessoas continuam a comportar-se com referência a essas pessoas sucessivas de determinadas formas. Formas estas estabelecidas como expectativas sociais. É usual atribuir essa permanência relativa ao suposto preenchimento de alguma necessidade humana elementar pelas instituições. No entanto, deve ser preciso que uma instituição não preencha as necessidades em seus aspectos genéricos e externos, mas, em seus aspectos particularmente definidos e culturalmente peculiares. A sobrevivência de uma instituição, portanto, representa a persistência de definições particulares de necessidades sociais e formas corporativas de satisfazê-los. A transmissão destas necessidades é outro processo envolvido na sobrevivência das instituições.

A persistência de uma necessidade efetiva, e de uma instituição, está sujeita a um grande número de fatores contingentes. O estudo da instituição é tanto uma questão de descobrir essas contingências quanto de descobrir suas raízes na natureza humana. As contingências surgem das inevitáveis relações de fenômenos sociais que não são sociais em seu todo. Na verdade, pode-se dizer que o estudo científico das instituições não tem a ver com a sua natureza essencial, mas, apenas coloca as instituições em relações ordenadas e compreendidas com outros fenômenos sobre os quais são contingentes. Um estudo, em suma, sobre as condições de sua sobrevivência, em relação a todos os atributos das instituições (exceto a natureza coletiva que compartilham com fenômenos menos formais) são na verdade questões de sobrevivência em relação a outros fenômenos sociais e não sociais.

¹ Georg Simmel, em sua *Soziologie* (1908, p. 14-15), se queixou de que as ciências sociais tinham prestado atenção apenas para "aqueles fenômenos sociais em que a interação já havia sido cristalizada em seus portadores", e havia negligenciado as formas mais imediatas, íntimas e passantes de interações. Ou seja, a atenção tem sido dada apenas aos aspectos maiores, mais formais e institucionais da vida social.

A comunidade tribal isolada pode ser pensada como uma única unidade corporativa. As atividades de seus membros são integradas tão estreitamente que a tradição pode facilmente e aparentemente atribuir a cada pessoa o seu lugar no todo corporativo. Essas contingências são, na teoria, pelo menos, bastante simples. Para citar Radcliffe-Brown (1935, p. 289):

A continuidade de uma corporação, como a horda australiana, depende da continuidade de sua propriedade. Em primeiro lugar, há a continuidade da posse de território. Em segundo lugar, há uma continuidade que transcende o espaço de uma vida humana pelo fato de que, à medida que o grupo perde alguns membros pela morte, adquire novos membros pelo nascimento de crianças e a iniciação de meninos no status de homens.

A sucessão de pessoas ao status e a cargos prossegue pelos "processos naturais de geração". Pode-se, em tal caso, trabalhar em detalhes, assim como Radcliffe-Brown no documento que acabamos de citar, em uma espécie de geometria da mecânica de transmissão de direitos e de status pelo qual a forma da sociedade é mantida, e sujeita apenas às contingências que surgem da exploração do território do qual vive e dos atos de deus.

Não existe, de fato, nenhuma competição de instituições dentro de tal comunidade. O relacionamento competitivo pode ser estudado em termos da comunidade como um todo e não em termos de suas partes. A comunicação e o transporte, tanto dos homens como dos bens, que são características infalíveis das civilizações, complicam essa imagem. As instituições, nas comunidades onde há mobilidade, sobrevivem sujeitas a contingências que se originam da mobilidade.

McKenzie, em um artigo inédito sobre *A ecologia das instituições*, desenvolve a idéia de que, com a elaboração de nossas técnicas de produção e os maquinários necessários para elas, e com o aumento da quantidade e alcance de transporte e comunicação, a estrutura institucional das comunidades aumentou em complexidade. Ou seja, as instituições são alargadas em número e mais especializadas em funções. Elas também se tornam entidades discretas, cada uma com seu lócus no espaço. Uma vez que a participação na vida da comunidade se torna, mais e mais, uma questão de participação de alguma forma nas atividades institucionais, as instituições se tornam a unidade crucial para o estudo de processos competitivos subjacentes com os quais a ecologia se preocupa.

Em comunidades civilizadas complexas, a sobrevivência das instituições não pode ser descrita de forma significativa em termos simples da sucessão de gerações naturais. É preciso recorrer à sucessão no espaço, aos movimentos das pessoas e ao porte de tais movimentos nas unidades corporativas através das quais as necessidades coletivas são satisfeitas, lembrando, ao mesmo tempo, que esses movimentos estão relacionados, tanto como causa e efeito, a instituições.

Onde a mobilidade é grande, o termo geração institucional é pouco significativo. A participação em atividades institucionais pode tornar-se quase completamente casual. Embora isso possa ser mais especialmente verdadeiro para as instituições de negócios, porém, mesmo as mais sagradas estão sujeitas, em certa medida, a contingências decorrentes da mobilidade.

Um dos corolários da mobilidade e da participação oportunista é o de que, em contraste com comunidades mais simples e homogêneas, a maioria das instituições possui, apenas, uma parte da população da comunidade entre os seus adeptos. Cada um dos adeptos, por sua vez, de certa forma, participa em um circuito de instituições correspondentes às suas peculiares necessidades e ao seu status na comunidade. Esta

tecedura de instituições corresponderá, em algum momento, com o de outras pessoas, mas, de modo algum em todos os pontos e aspectos.

As características das instituições modernas que enfatizamos aqui são uma espécie de isolamento fiscal. Isolamento este que pode ser visto no fato de que as unidades institucionais são estabelecidas, sobrevivem por um período mais longo ou mais curto e do mesmo modo desaparecem, enquanto a comunidade como um todo continua. É este seu isolamento fiscal e a conseqüente precariedade de sua existência que faz da instituição, por força, um empreendimento. O empreendedor é aquele que se compromete a coordenar atividades de outros; ele toma decisões e atende contingências. Isso funciona mesmo nas comunidades tribais mais simples, embora realizado de forma rudimentar, mas se torna uma característica crucial das instituições em uma sociedade em que os costumes - independentemente de tudo o que eles perpetrem, - não indicam que o indivíduo deva permanecer fixo e continuar dentro do mesmo quadro organizacional de unidades corporativas ao longo de sua vida².

Empreendedorismo é ordinariamente associado com negócio. Isto é provavelmente porque negócio consiste, por definição, de atividades livres do controle tradicional. A falta de tal controle permite que o empreendedor opere livremente; o que é outra maneira de dizer que a concorrência não está travada. Park e Burgess (1921, p. 508) disseram sobre a competição que esta "tende a criar uma ordem impessoal em que cada indivíduo, sendo livre para lucrar e procurar o seu próprio lucro, e, em certo sentido, sendo impelido a fazê-lo, faz do outro individual um meio para esse fim". Mesmo quando o lucro, no sentido monetário, não está envolvido, a função da empresa aparece em uma instituição na medida em que sobrevive pelas mobilizações conscientes das pessoas, por meio de suas necessidades e sentimentos, e por meio de algum agente ativo³.

O mote de tudo isso é que a liberdade de empreendimento, se não é uma característica quantitativamente constante, em nossas sociedades, pelo menos é uma parte sempre presente de nossas instituições. É por esta razão que há necessidade de um método para estudar as circunstâncias sob as quais, entre o empreendedorismo e os nossos costumes, sobrevivem algumas formas institucionais.

É neste ponto que se torna apropriado dizer que as instituições em nosso mundo não são apenas empresas separadas, mas, também, elas estão espacialmente separadas. Elas não são necessariamente e mutuamente exclusivas ao espaço, mas contêm registros separados e observáveis, ou o que podemos chamar de pontos focais de atividades.

As distribuições de seus adeptos podem estar entrelaçadas com as de numerosas outras instituições. Os elementos que atendem à observação encontram-se, na verdade, precisamente em seus registros de atividades. Os movimentos de pessoas em torno e em relação a elas, e as suas conexões subjacentes com outras instituições são elementos, em cada caso, que devem ser descobertos. Quando descobertos e relacionados a dados semelhantes em outras unidades, eles fornecem pistas sobre as relações funcionais das instituições. Assim como as conexões institucionais do indivíduo revelam o

² É interessante, a este respeito, que o empresário e a empresa de negócios tenham sido um pouco negligenciados pela economia clássica do *jogo de xadrez*, mas se tornaram o interesse especial da economia institucional. O trabalho de Werner Sombart, por exemplo, é dedicado, sobretudo, ao estudo das formas de empreendimento econômico e aos tipos de empresários característicos do capitalismo. Veja também, os verbetes de Paul T. Homan (1930), *Economics: the institutional school*, e de Maurice Dobb (1930), *Entrepreneur*.

³ Estudos recentes feitos por Charles S. Johnson e Franklin Frazier parecem mostrar que a família negra é muito mais propensa a sobreviver onde a posse de propriedade ou o status profissional fornecem um incentivo para manter a família unida. Ou seja, não é uma operação automática dos costumes, mas a de que uma empresa disciplinada mantém a família em andamento.

"suplemento" de serviços e atividades institucionais com a composição de sua poupança ou economia de vida ou, se preferem, com o seu padrão de vida, de modo que desvendam também as linhas de interdependência entre as instituições e as comunidades.

A questão agora surge no se e em que circunstâncias as relações espaciais refletem os processos competitivos pertinentes à sobrevivência das instituições. Simmel (1921, p. 508) em um capítulo dedicado ao aspecto espacial das formas sociais, observa que é o movimento em torno de grandes centros fixos ou pontos focais (*Drehpunkte*) que se distingue a civilização moderna da vida tribal. Nesta última, pequenos grupos fechados vagueiam como um todo, embora, dentro de um pequeno alcance. A civilização moderna, contudo, é caracterizada não só pela fixidez de certos pontos focais (cidades), mas por um grande alcance e movimentos de liberdade. Esses centros assumem um caráter intertribal, e as instituições de controle em uma base territorial crescem à custa de parentesco ou outros grupos fechados. Pode-se dizer que a civilização moderna começa onde algum aspecto da vida é reorganizado com referência a algum ponto externo à comunidade tribal local; isto é, com o surgimento de centros intertribais, dos quais santuários e centros comerciais são os protótipos⁴.

Esses centros são socialmente estabelecidos como símbolos que dominam os sentimentos das pessoas em uma ampla área e por longos períodos de tempo. Eles também são pontos focais de transporte, viagens e comunicação. Não ocupam espaço, mas integram e dominam movimentos dentro dele. Isso parece ser característico das nossas principais instituições, bem como das cidades. Ou seja, as nossas maiores instituições são mais abertas quanto ao espaço que dominam, e mais fixas quanto ao seu assentamento, do que talvez as de qualquer outra época.

Simmel (1908, p. 462), neste contexto, sugere uma distinção fundamental quanto à maneira como as estruturas sociais ocupam o espaço. Algumas, diz ele, são mutuamente exclusivas no espaço; outras ocupam o mesmo espaço. Os Estados, por exemplo, colidem no espaço; mantêm a sua soberania sobre os indivíduos independentemente de seus clãs, raças, religiões ou outras afiliações. Max Weber (1919, p. 397) diz, em uma veia similar, que o estado existe em última análise, no monopólio efetivo do uso da força em um determinado território.

Outras instituições também compartilham a característica do espaço fechado. Os negócios ilegais (*rackets*⁵), por exemplo, operam usando a força para manter o monopólio de alguma função dentro de um território. Ambos, o estado e os negócios ilegais (*rackets*), se envolvem em conflitos armados sobre fronteiras territoriais, em comparação com outras unidades da mesma ordem. Para tais instituições, a manutenção dos limites é crucial.

A maioria das instituições, porém, não pode ser delimitada de uma maneira tão mutuamente exclusiva. Seus registros podem ser localizados e seus constituintes

⁴ Ver artigos sobre *lugares santos*, *califato* e *papado* na *Encyclopedia of the Social Sciences*; e sobre a *Mecca* e *Lhasa* [ou Lassa, capital do Tibete, também conhecida como *cidade dos deuses*, - nota do tradutor], ver a *Encyclopedia Britannica*. Uma característica significativa da expansão imperialista é apenas essa representação da vida local em direção a centros externos. Mesmo no mundo ocidental, esse processo prossegue ao desenhar as regiões mais provinciais nas principais correntes da vida industrial. No Canadá francês, por exemplo, as mudanças sociais provocadas pelo desenvolvimento da indústria iniciado por pessoas de língua inglesa não assumem a forma de deserção individual da vida francesa para a vida inglesa, mas procedem pela integração de um número crescente de fases da vida sobre as instituições que correspondem ao ponto focal e à cidade de Montreal. Jornais, organizações comerciais e trabalhistas, ordens fraternas, bem como negócios e indústria, são algumas das instituições em que essa reorientação pode ser avaliada.

⁵ *Racket* é uma expressão usada para negócios desonestos e fraudulentos [Nota do tradutor].

referenciados com alusão a eles. O seu espaço é, por assim dizer, aberto. As instituições com uma clientela, - isto é, com um grupo de pessoas para quem realizam algum serviço especializado, - podem compartilhar do mesmo território de outras instituições que prestam serviços similares para outras pessoas, ou oferecem algum outro serviço para as mesmas pessoas.

Essas instituições podem competir por patrocínio individual; as pessoas que as apóiam são consideradas como clientes. As instituições de "clientes" tendem a ser localizadas com referência ao provável movimento da população e, também, com referência aos seus concorrentes, na luta por serem igualmente acessíveis às pessoas que desejam explorar.

Se duas instituições se baseiam nas mesmas pessoas, elas estão em concorrência, ou então os serviços que eles oferecem, de alguma forma, são diferentes. Mesmo no último caso, elas podem competir em alguma medida, pois as pessoas têm uma quantidade limitada de tempo, esforço e dinheiro para gastar. Para sobreviver, uma instituição deve encontrar um lugar no padrão de vida das pessoas, bem como em seus sentimentos. Há algum motivo para acreditar que, neste ponto, há uma competição, mesmo entre uma igreja e uma sala de cinema, e que a aceitação espacial pode desempenhar algum papel na questão.

Além disso, existe uma tendência para que as instituições muito abertas atinjam o monopólio de algum aspecto do comportamento. Isso equivale a dizer que elas também tendem a estabelecer um monopólio territorial sobre uma função. As instituições de marketing, por exemplo, formam cartéis e, assim, fazem dos seus serviços uma espécie de utilidade pública em um território fechado.

Mesmo as igrejas protestantes estão com os olhos voltados para a paróquia territorial exclusiva como o ideal. Porém este *ideal* só pode ser alcançado através da padronização da religião, de modo que, em uma determinada área, uma igreja possa ser estabelecida, e que esta satisfará todos os protestantes que lá vivem, e onde nenhuma igreja concorrente crescerá.

A igreja católica pode, em um país puramente católico, alcançar esse ideal, porque ninguém quer nenhum outro tipo de serviço religioso. A religião torna-se um utilitário público disponível para todos através de um monopólio. A paróquia pode, nesse caso, sobreviver. Mesmo assim, há diferenças de classe que tornam as paróquias distintas umas das outras em estilo de pregação e detalhes de organizações e funções paroquiais. Quando diferenças culturais e linguísticas são introduzidas por sucessão, por exemplo, contudo, mesmo a igreja paroquial católica encontra um problema de sobrevivência e de fronteiras paroquiais nas mãos.

Até agora temos falado de instituições que sobrevivem ao *servir* uma clientela a que devem estar acessíveis. Tais instituições estão especialmente sujeitas a contingências decorrentes do movimento espacial da população. Suas relações espaciais parecem ser uma função de movimentos que elas próprias não produzem ou controlam. Algumas instituições, ao contrário, porém, parecem determinar a natureza das comunidades em que se situam. Estas são chamadas por McKenzie de instituições básicas. Elas podem ser, em geral, fixadas no lugar pela exigência de bens de capital pesados; bem como por algum conjunto de relacionamento complexo em relação a uma região maior, e até mesmo por tradição. Sua característica específica e significativa é, no entanto, que elas tendem a atrair uma configuração de outras instituições sobre si para que se crie uma comunidade de certo tipo. Sobre uma grande universidade, por exemplo, floresce um lugar de aprendizagem; sobre uma grande indústria, da mesma forma, cresce uma comunidade com selos peculiares.

É com referência às instituições básicas, neste sentido, que o método ecológico de usar configurações espaciais como índices de relacionamento funcional tem sido aplicado de forma mais intensa⁶. Normalmente, o método foi aplicado às comunidades em que as instituições de base são de tipo mais secular, nomeadamente, as instituições de marketing e as que produzem para um mercado. Tais instituições tendem a ocupar o seu espaço da maneira mais livre e a ser altamente sensíveis às mudanças nos métodos de transporte e comunicação; ainda que elas criem sobre si mesmas constelações típicas de outras instituições, e talvez tragam em si a sua própria destruição.

Pode ser que as instituições de interesses sejam as mais básicas na maioria das comunidades. Se elas não são assim originalmente, elas podem vir a se tornar. Certamente, em uma comunidade como a de Sainte Anne de Beaupré, o santuário assume certo caráter comercial, e o bem-estar de todas as outras instituições, - até a última família, - é afetado pelo número de peregrinos que chegam. Da mesma forma, uma pequena cidade universitária assume uma atitude de negócios em relação à sua universidade.

A ecologia também abordou as formas institucionais básicas que crescem nas fronteiras do mundo comercial e industrial ocidental, como a *plantation* (grande propriedade rural), que explora o trabalho nativo para produzir bens para o mercado mundial. Enquanto a *plantation* pode ser uma instituição política, como Thomson sugeriu, também é uma forma crucial de empreendimento empresarial na reorientação da vida tribal em direção ao mundo mais amplo.

De todas as instituições comerciais, as igrejas protestantes foram a que receberam a maioria dos estudos realizados pelo método ecológico. Ainda assim, o trabalho recente foi feito por pessoas interessadas em transformar as igrejas protestantes em empreendimentos eficientes. Esses estudos tacitamente admitem que isso deva ser feito para adaptar a igreja à comunidade; eles parecem, todavia, não ter nenhuma ideia de que a igreja é uma instituição básica. Charles Booth (1902) antecipou-os ao sugerir a hipótese de que as igrejas de Londres parecem variar significativamente de caráter, de área para área, sem muito respeito pela denominação. Ele sustentou que as instituições religiosas que exploram a combinação peculiar de ortodoxia sentimental e uma tendência desesperada para pecar dos pobres londrinos são iguais na forma, independentemente da denominação a que pertençam ou da doutrina que pregam. Ele também relacionou tais instituições religiosas, bem como outras instituições, com o padrão de vida. Essa hipótese, uma vez que tem a ver com a igreja em sua competitividade ou sobrevivência, em vez de seu aspecto espiritual, implica o ponto de vista ecológico⁷.

Certos estudos sobre famílias, como o trabalho de Frazier sobre a família negra em Chicago e o trabalho de Charles S. Johnson sobre famílias rurais negras, podem ser chamados de ecológicos. Constituem estudos sobre as condições em que, em um estado específico dos costumes, a família sobrevive ainda como um empreendimento cooperativo. E isso, parece-me, é precisamente o aspecto ecológico das instituições. Não se leva em consideração o aspecto sócio-psicológico do comportamento coletivo. No caso de instituições comerciais e industriais em um mundo livre como o nosso, parece bastante justificável esta metodologia, pois os elementos das empresas são bastante constantes e as restrições da tradição mínima. Mesmo as instituições mais

⁶ Ver R. D. McKenzie (1933) e vários artigos do mesmo autor.

⁷ Ver, também, H. Paul Douglass (1929, p. 2). Douglass reconhece que as igrejas refletem os padrões de vida; daí qualquer movimento de população que implique na mudança de um padrão de vida em uma área qualquer ameaça as igrejas locais existentes.

sagradas estão sujeitas à necessidade de competir, em certa medida, para sobreviver. Toda instituição, como um acontecimento em curso, tem um aspecto secular. As mais sagradas podem responder menos rapidamente às mudanças no mundo circundante. Se respondem, estão sujeitos a algum tratamento desse tipo.

O método ecológico não lida nem trata de instituições que são completamente indiferentes às contingências espaciais. Pode-se duvidar se existem, embora certas instituições sectárias, de um modo relativo, possam ser assim pensadas.

A ecologia também não prestou atenção às instituições espacialmente fechadas, notadamente o estado, embora os estados sejam indubitavelmente contingentes em muitos aspectos dos processos que a ecologia descreve. A relação entre os fenômenos políticos e os processos ecológicos ainda não recebeu a atenção que merece.

Poderia ser perguntado se, em algum tipo de sociedade planejada, os processos competitivos seriam tão racionalmente controlados que a sobrevivência das instituições não estaria mais sujeita às contingências aqui discutidas. Uma vez que o planejamento parece significar a coordenação de um empreendimento em relação a funções determinadas em um território fechado, transformando em utilidades públicas as instituições, o seu sucesso pode depender de uma subintendência adequada dos processos competitivos, e de relacionamentos que estabeleçam os limites dentro dos quais tal coordenação possa ser compreendida.

Referências

Allport, F. H. *Institutional behavior*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1933.

Cooley, C. H. *Social Organization*. New York: Charles Scribner's sons, 1921.

Dobb, Maurice. Entrepreneur. *Encyclopedia of the Social Sciences*, v. 5, Edwin Seligman & Alvin Johnson, (ed.). New York: Macmillan, 1930.

Faris, E. The primary group: essence and accident. *American journal of sociology*, v. 38, p. 41-50, July, 1932.

Homan, Paul T. Economics: the institutional school. *Encyclopedia of the Social Sciences*, v. 5, Edwin Seligman & Alvin Johnson, (ed.). New York: Macmillan, 1930.

McKenzie, R. D. *The metropolitan community*. New York: McGraw-Hill, 1933.

Park, R. E. & E. W. Burgess *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

Radcliffe-Brown, A. R. Patrilinear and matrilineal successions. *Iowa law review*, n. 20, Jan, 1935.

Simmel, G. *Soziologie*. München: Duncker and Humblot, 1908.

Summer, W. G. *The folkways: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores and morals*. Boston: Ginn and Co., 1906.

Weber, Max. Politik als beruf. *Gesammelt politische schriften*. Munich: Drei Masken, 1919.